

**ARTIGO DECORRENTE DO RECEBIMENTO DO PRÊMIO ABA/FORD PROJETOS
INOVADORES NO ENSINO DA ANTROPOLOGIA EDIÇÃO II 2006.**

Quando o pobre é o “outro”*

Andréa Moraes Alves e Myriam Moraes Lins de Barros

Março de 2007

O projeto para a realização do curso de extensão Antropologia e Serviço Social foi elaborado a partir de nossas experiências, como antropólogas, no ensino da graduação, da pós-graduação e nas orientações de iniciação científica, de dissertações de mestrado e de teses de doutorado na área de serviço social. Há muito tempo vimos refletindo sobre nossa inserção neste campo e compreendemos que o curso de extensão poderia contribuir para o diálogo entre duas diferentes tradições de ensino, pesquisa e extensão: a antropologia social e o serviço social. Foi neste sentido que procuramos iniciar o curso com panoramas históricos dos dois campos, tanto no Brasil como na Europa e Eua onde ambos têm suas referências de origem. Depois desta introdução, percorremos temas como classe social, desigualdades e diferenças sociais e desembocamos, então, em grandes questões como raça, gênero, violência, política social e família.

A participação de professores de ambos os campos e a resposta da turma nas discussões, trazendo as experiências profissionais das assistentes sociais e dos estágios das estudantes revelaram interessantes pontos de reflexão tanto para o diálogo desejado entre antropologia e serviço social quanto para cada um dos interlocutores desta conversa¹.

* O título foi uma sugestão de Maria Laura V. C. Cavalcanti após a aula ministrada no curso.

¹ Setenta pessoas inscreveram-se no curso: assistentes sociais de diferentes campos profissionais e com tempo variável de atuação profissional e estudantes de graduação e pós-graduação em serviço social.

O curso de extensão **antropologia e serviço social** apresentou como uma de suas questões centrais a problemática da divisão de classes na sociedade contemporânea. Esse tema, caro ao serviço social, encontra bases novas para discussão através da reflexão antropológica. Tradicionalmente, as duas disciplinas partem de perspectivas distintas sobre o significado das classes sociais. Essas perspectivas são vistas, em geral, como excludentes. Um dos objetivos do curso foi estabelecer um patamar comum de diálogo entre as duas áreas, principalmente no que concerne ao entendimento da estrutura de classes. Tratou-se, sobretudo, de mostrar como o tema das classes sociais conforma visões de mundo e cria uma gramática das relações sociais.

O ponto nodal para pensarmos a estrutura de classes do ponto de vista do serviço social tem sido as relações de produção. Por essa via, o serviço social aponta para uma visão das relações sociais orientada pela perspectiva da exploração e da alienação. A “desigualdade” aparece como marca fundamental do mundo moderno-contemporâneo e a disciplina se volta para refletir sobre essa marca e as contradições que ela produz, além de criar estratégias políticas para o enfrentamento de seus efeitos perversos. O serviço social se debruça sobre a questão do poder na sociedade moderno-contemporânea e faz disso o seu campo de atuação.

As raízes históricas dessa visão de mundo já foram abordadas por autores provenientes do próprio campo do serviço social. A primeira aula do curso, “história do serviço social e suas conexões com a antropologia”, ministrada pela professora Marilena Jamur, apresentou um panorama desse percurso de formação do serviço social. Porém, o objetivo de nosso diálogo com o serviço social não era o de mostrar o caráter histórico do conceito de “relações de produção”, o que já é suficientemente debatido na própria área, mas o de inserir, no debate sobre as desigualdades sociais no mundo contemporâneo, um elemento que torna mais complexa a dinâmica das relações de poder, qual seja, a noção de “diferença”. É a partir da “diferença” que a antropologia traz uma contribuição relevante para o serviço social.

Diferença, igualdade e desigualdade

Podemos afirmar sem medo de errar que aquilo que nos constitui como “indivíduos modernos” é a percepção aguda das alteridades. Por outro lado, aquilo que denominamos por “alteridade” pode ter os mais distintos significados. Depende, como ensina o mais clássico do pensamento antropológico, das relações sociais em jogo. A dinâmica da criação de distinções configurou-se, no moderno mundo ocidental, em uma estrutura que sustenta as identidades individuais ao mesmo tempo em que é por elas sustentada. Um dos pilares dessas distinções sociais é o pertencimento de classe.

No pensamento sociológico clássico temos duas grandes interpretações sobre o conceito de classe social: a marxista e a weberiana. Não é o objetivo desse texto abordar essas duas interpretações em detalhe; o que nos interessa sinalizar aqui é que as duas serviram de baliza para as reflexões posteriores que marcaram as ciências sociais. No que tange ao pensamento antropológico, a influência dessas abordagens sobre classe social mesclou-se, desde o início, com outras clivagens sociais; a principal delas e fundadora da disciplina antropológica é a dimensão de raça. Desde sempre, classe não foi pensada na antropologia como uma categoria isolada de outras dimensões o que deu a essa disciplina um contorno diferenciado das outras áreas das chamadas ciências sociais. As distinções raciais ocuparam um lugar chave na formação da disciplina antropológica e ligaram sua história ao empreendimento colonial. As relações de trabalho no capitalismo adquiriram, pela ótica da antropologia, uma abrangência que ultrapassou a análise dos processos de extração de mais valia, incorporando como elemento fundamental as “relações culturais”. Coloco o termo entre aspas porque, assim como mostraram as aulas de vários

palestrantes (Maria Laura Cavalcanti, Elielma Ayres, Ilana Strozenberg, Hélio Silva e Patrícia Farias), as conexões entre raça e cultura têm uma longa e complexa trajetória na antropologia.

Pensando no caso brasileiro, assim como em outros contextos de países colonizados, a raça serviu como adjetivo que acompanha e dá sentido às identidades. Não somos só trabalhadores, mas trabalhadores “negros”, “índios”, “operários italianos”, “alemães”, “imigrantes brancos com a missão de enobrecer a raça”. Esses adjetivos conferem à identidade de trabalhador uma particularidade e se tornam marcas visíveis e produtoras de relações sociais concretas entre esses trabalhadores. A leitura da raça como ideologia tem sentido se pensamos ideologia como tendo uma função simbólica, ou seja, de nomear a realidade e, portanto, de lhe conferir existência intersubjetiva. O mais curioso é que, embora o conceito de raça já tenha sido questionado tanto no plano da antropologia quanto no da ciência biológica, o universo das distinções de cor e étnicas permanece como estrutura do mundo contemporâneo. A aula de Leilah Landim sobre cultura e política nas sociedades contemporâneas foi uma oportunidade para discutirmos com os alunos sobre a reconstrução política de categorias identitárias baseadas na cor da pele e na religião, por exemplo. Sendo uma disciplina que discute relações de poder, essas reflexões contribuíram significativamente para os alunos de serviço social, principalmente para aqueles que já se encontram na prática profissional e lidam diariamente com os desafios da promoção da participação associativa nas mais distintas comunidades.

Faz parte da tradição antropológica pensar a classe social como integrante de um complexo de distinções sociais. Não se trata de atribuir-lhe um peso definido como se tratasse de uma equação matemática, mas de conferir-lhe complexidade na medida em que se combina com outras clivagens sociais, como “raça”, por exemplo. Essa maneira de classificar combinando os elementos faz da antropologia uma forma de pensar sobre as desigualdades que produz uma visão multifacetada das relações de poder. Nessa visão, o princípio da diferença ganha espaço. O que isso quer dizer?

Num texto escrito em 1998, Antônio Flávio Pierucci argumentou com muita clareza sobre o impacto da defesa das diferenças no mundo contemporâneo. Segundo esse autor, a afirmação das diferenças sempre supõe o estabelecimento de hierarquias de valor, o que torna inglória a tentativa de conciliar, na esfera jurídica-política, a luta pela igualdade com o direito à diferença. A diferença é entendida por esse autor como a construção de singularidades; construção essa que só se dá mediante o recurso a alguma escala valorativa, ao passo que a igualdade é o oposto do estabelecimento de hierarquias valorativas. A igualdade exige a existência das singularidades tomadas no mesmo plano de julgamento, sem distinções de valor. Apoiando-se em Louis Dumont, Pierucci deixa claro como mecanismos valorativos estão sempre sendo produzidos e se imiscuem no plano da igualdade. Essa armadilha da incompatibilidade entre igualdade e diferença constitui-se como uma das grandes contradições das sociedades moderno-contemporâneas.

No discurso liberal que funda as sociedades capitalistas modernas há uma tensão entre liberdade e igualdade. Essa tensão é uma produção dos valores individualistas dessa sociedade. O Ocidente criou a ilusão da igualdade, mas junto com ela produziu o sonho da liberdade individual. O “fim das hierarquias”, representado pela dissolução das sociedades tradicionais, gerou simultaneamente a expectativa da quebra dos laços de dependência/servidão entre “superiores” e “inferiores” e a possibilidade do desenvolvimento da “interioridade”. Esse duplo movimento gestado a partir do século XVII foi abalado pelo próprio discurso liberal no século XIX, quando o ideário do “self” e da “interioridade” ganha mais força². O investimento individual na conquista de uma “vida melhor”, principalmente através do trabalho assalariado, chocou-se com os processos excludentes de urbanização e industrialização dos anos de 1800. Do século XIX até os dias de hoje as relações entre liberdade e igualdade alcançaram novas configurações: a

² O reforço do ideário da “interioridade” é simultaneamente acompanhado pela rearticulação do sentido de comunidade. A noção de “classe social” que surge nesse contexto através do marxismo pode ser entendida como uma relação que envolve e dá sentido coletivo à vida dos indivíduos. Em Max Weber, o sentido de classe terá uma conotação menos coletivista. Nesse autor, é a idéia de grupo de status que vai assumir esse valor “comunitário”.

valorização das liberdades individuais tomou formas que ultrapassam a esfera do trabalho como meio exclusivo de estabelecimento da autonomia e independência. Os campos da sexualidade e da religião apresentam-se como espaços de afirmação das individualidades. A naturalização das diferenças, ancorada num discurso essencialista, confronta-se com o modelo universalista dos direitos iguais que também recorre a argumentos abstratos e gerais para fazer valer seus pontos de vista. Se somarmos a isso a questão das desigualdades, ou seja, da distribuição social dos recursos existentes; estamos diante de um quadro cada vez mais problemático, onde as fronteiras entre o público e o privado mostram-se cada vez mais diluídas.

Portanto, são duas ordens de problemas que se cruzam: de um lado, a incompatibilidade, no plano jurídico-político, da relação entre igualdade e diferença e, por outro, a persistência nas sociedades contemporâneas das desigualdades sociais. A antropologia pode contribuir para desamarrar esse nó na medida em que reflete sobre a constituição dessas categorias de pensamento. A igualdade e a diferença se referem à afirmação das singularidades, são bandeiras modernas que, opondo-se à lógica das sociedades hierarquizadas, criam as condições para o nascimento do “indivíduo como sujeito de direitos”. O discurso das desigualdades sociais, mais recente do que o primeiro, retoma um princípio básico das sociedades holistas, qual seja, a primazia do todo sobre as partes. A gestão pública dos recursos socialmente produzidos baseia-se na idéia de busca pelo equilíbrio da sociedade e o Estado é pensado como o maior responsável pela manutenção da coesão dos laços sociais. A convivência entre essas duas posições é o que dá um caráter tão contraditório à vida social moderna.

No curso tentamos apresentar aos alunos, principalmente nas aulas que trataram de temas mais específicos de intervenção do serviço social, como: família, gênero, cidade e pobreza, os limites, nem sempre claros, entre o “individualismo” e o “holismo” como maneiras de abordar a vida social. Na prática cotidiana do assistente social, a negociação entre direitos individuais e escassez de recursos é constantemente encenada e vivida pelos estagiários e profissionais como

uma grande frustração. Através das aulas, oferecemos um espaço de reflexão sobre esse dilema e elementos analíticos para interpretação dos “casos” por eles vivenciados. Casos que não são meros exemplos, mas material primário das relações sociais. (Fonseca, 1999).

Quando o pobre é o “outro”: conhecimento e intervenção

A questão da alteridade na antropologia e a problemática do objeto de intervenção do serviço social estiveram presentes ao longo de todo o curso. Marilena Jamur, na primeira aula, apresentou uma história da representação da pobreza na Europa e do tratamento dado ao pobre e à pobreza no serviço social desde o século XIX. Neste histórico, a desnaturalização da pobreza e a conseqüente postura crítica frente à condição de vida dos pobres ou dos desprovidos de direitos sociais, civis e políticos poderiam vir a ser a ponte de contato com a antropologia onde esta coloca em questão o que é dado como certo, familiar. Mas esta relação precisa ser pensada com mais atenção. Embora o questionamento do que é tido como natural seja comum aos dois campos, o tratamento do “objeto” de pesquisa e o da intervenção não tem sido o mesmo.

A antropologia tem se definido historicamente pela compreensão comparativa das diferenças culturais. A postura metodológica frente à diferença tem sido um assunto de longos debates desde os primórdios da disciplina. Ao longo do século XX e no século atual a postura metodológica ganhou ênfases variadas que vão da preocupação em não reificar o objeto de estudo, eliminar seu caráter exótico até, para outros, reforçar o exotismo, debruçar sobre a construção do caminho metodológico, refletir sobre o lugar da relação entre pesquisador e pesquisados, entre outros.

Como nos relembra Marisa Peirano (2006) a discussão no século XX sobre o caráter específico da antropologia revela o descolamento de seu objeto empírico, as sociedades longínquas cultural e geograficamente e a reflexão sobre a diferença e a construção metodológica

e teórica da alteridade. O “outro” é uma construção da própria pesquisa e não um dado natural advindo de diferenças dadas pela distância tecnológica, racial, cultural, religiosa, etc. Na literatura brasileira este processo de elaboração da distância em relação ao objeto de estudo antropológico foi por diversas vezes trazido para discussão: os trânsitos entre o exótico e o familiar em Da Matta (1973), a observação do familiar, o estranhamento do pretensamente próximo em Velho (1981) são dois campos de referência para a pesquisa no Brasil. Estas referências trazem, cada uma a seu modo, a relatividade da idéia de distância social.

Por outro lado, o “outro” do serviço social engloba um universo também historicamente referido e, portanto, empiricamente mutável. Mas parece que, ao longo da história, há uma continuidade. A falta e a pobreza, mesmo que em condições de luta como nos movimentos sociais, parecem ser as condições para a constituição deste “outro” com o qual o serviço social se relaciona. A distância não se coloca como uma questão, ela é algo como um *a priori* sem o qual não faz sentido o trabalho do assistente social. Mas se este é um ponto que parece ser dissonante com a pesquisa antropológica, vale a pena observar algumas tonalidades mais próximas aos dois campos.

Encontra-se como possibilidade de composição entre as duas áreas aqui tratadas as sugestões presentes em Lins de Barros (2004), sobretudo na remissão à idéia de conhecimento híbrido de Dauster (2003 e 2004) e de empréstimo do saber etnográfico em Fonseca (1999). Dauster argumenta que há na área de educação um espaço de interseção de duas áreas de pesquisa e ensino com tradições distintas, a educação e a antropologia. Neste campo de diálogo ocorre a construção de um saber específico que se caracteriza pela absorção de posturas teóricas e metodológicas da antropologia nas discussões próprias do campo educacional como a socialização. Trata-se, segundo Dauster, de problematizar temas tratados pela educação por uma outra linguagem, por um outro olhar através das discussões sobre cultura nos termos antropológicos. Esta apreensão de novas posturas que desnaturalizam o senso comum e

relativizam os conhecimentos anteriores da área não tem como objetivo transformar educadores em antropólogos mas permitir que os fenômenos da educação possam ser apreendidos e compreendidos sob outro ponto de vista, o ponto de vista do universo social pesquisado. Diz a autora: “As limitações das visões etnocêntricas são descobertas em confronto com o ‘olhar’ relativizador e a busca do ponto de vista do universo social nos seus termos” (Dauster, 2004, p. 204).

O conhecimento híbrido não está pressupondo assim uma imersão na literatura antropológica mas uma interlocução com o caráter relativizador desta tradição de pesquisa. Este saber híbrido inicia-se com o movimento de tomar de empréstimo (Fonseca, op. cit.) conhecimentos e uma experiência de pesquisa etnográfica. Para Fonseca, pensando também na prática profissional de educadores e assistentes sociais, este empréstimo permite uma forma de enfrentamento com a população assistida que pressupõe a percepção de sua visão de mundo.

No primeiro caso, o do hibridismo do conhecimento, a importância da etnografia se alia à valorização do trabalho de contato e de abertura de campos de pesquisa que são próprios aos profissionais de intervenção social. Estar interagindo com o universo assistido é um primeiro passo para a construção do conhecimento híbrido. O foco são os pobres, aquele universo dado imediatamente pela própria condição profissional do assistente social. A partir daí as perguntas a serem feitas é que podem complexificar a percepção deste “outro”. Do pobre pré-definido a um “outro” que pode ser construído a partir de indagações é o que dá a partida tanto para o conhecimento híbrido como, nós acreditamos, para uma prática profissional diferenciada. O “estranhamento, a esquematização, a desconstrução de estereótipos e a comparação sistemática dos casos” (Fonseca, op.cit, p. 76) característicos do trabalho etnográfico fazem parte deste processo de construção da alteridade. Colocar em questão o familiar da profissão é parte deste caminho de compreensão das diferenças múltiplas e contextualizadas, diferenças culturais apreendidas por um processo de conhecimento que pretende compreender os modos de pensar e

agir do grupo social, sem se confundir com ele. As aulas de Maria Laura V. C. Cavalcanti, Ilana Strozemberg, Elielma Ayres Machado desenvolveram estas discussões na história da antropologia, na elaboração da alteridade na etnografia, nos textos etnográficos.

No mesmo caminho de Fonseca e em diálogo com o serviço social, colocamos a proposta de questionamento do próprio saber do senso comum, de construção de explicações sobre as relações sociais elaboradas dentro de um quadro teórico e da prática profissional como uma condição do conhecimento do “outro” e de uma prática que se faz no contato sistemático com uma diversidade de universos sociais. Esta proposta remete às questões referentes à relativização de visões de mundo em contato e em confronto. Trata-se, neste caso, de pensar os fundamentos das relações sociais em contextos sociais distintos e a linguagem que é empregada para se estabelecer estas relações. Trata-se, também, de estratégias de relação com o diferente, com o “outro”. Estratégias que podem ser entendidas como parte da vida cotidiana de contato com o “outro” ou como formas de intervenção social em suas múltiplas dimensões.

A perspectiva do “outro” no sentido antropológico não é colocada como uma questão inicial para os trabalhos de intervenção. A pauta das atividades do trabalho do serviço social tem como finalidade alguma forma de enquadramento em uma classificação prévia dentro dos marcos definidores das políticas que pouco dá espaço para uma outra lógica, para outros valores e modos de vida. Não foi à toa que em aula (Ilana Strozemberg) a história do índio bêbado relatada no artigo “Usos da diversidade” de Geertz (1999) suscitou um levantamento enorme de narrativas de casos trazidos pelas alunas em suas experiências profissionais. Em resumo: a população atendida por elas é a que pode ser enquadrada nas políticas de assistência segundo critérios apresentados pelos órgãos públicos. A aplicação destes critérios vai depender ainda de outros fatores: ausência de verbas e outras prioridades que são mais ou menos objetivas e mais ou menos subjetivas, mais ou menos avaliadas por padrões morais. Nada muito diferente do impasse dos médicos norte-americanos frente à negação do índio em parar de beber para poder fazer uso da diálise em um

hospital público. Aí elas se colocaram no lugar destes médicos e apontaram as brechas do sistema de planejamento e projetos das políticas para dar conta de outros tantos “índios bêbados”. Mas o impasse está dado. Se é possível apresentar algumas soluções em situações sem saída aparente, a visão de mundo do “outro” não fica em evidência. E desta forma a desconstrução dos estereótipos e a relativização das visões de mundo em confronto não é processada. O diálogo entendido como um “contato viável com uma subjetividade variante” (Geertz, p.30, 1999) acaba interrompido. Acumula-se, entretanto, um conhecimento que é para os antropólogos ouvintes destas histórias o ponto de partida do trabalho antropológico (aula de Adriana Vianna).

Entretanto, relembro a aula de história da antropologia de Maria Laura V. C. Cavalcanti, de Eliane Cantarino sobre os limites da intervenção quando foram apresentados três casos de laudos antropológicos e se discutiu a antropologia da ação, a de Patrícia Farias sobre as políticas de ação afirmativa, a de Andréa Moraes Alves sobre gênero e a de Leilah Landim sobre cultura e política avaliamos algumas características de nossa própria disciplina que acabam, por nossa parte deste diálogo, abrindo espaços para a interlocução.

Se o caso do índio bêbado é facilmente apreendido pelas alunas pela semelhança com as práticas profissionais, na antropologia brasileira esta história também soa bem. A questão do contato com a alteridade faz parte da tradição de trabalho antropológico no Brasil. Peirano (2006) na classificação da produção antropológica no Brasil aponta que o contato com a alteridade (a começar pela noção de fricção interétnica elaborada por Roberto Cardoso de Oliveira) é uma das linhagens de estudos da antropologia brasileira que, mais recentemente, desdobrou-se em pesquisas sobre políticas indigenistas, sobre demarcação das terras indígenas, sobre expansão das fronteiras nacionais. Pensar sobre políticas públicas, elaborar noções sobre a relação entre a sociedade nacional e os que estão nas suas bordas (índios, pobres urbanos, trabalhadores rurais, negros, desviantes e divergentes, etc) faz parte do próprio campo de estudos antropológicos na nossa tradição. Como a própria autora aponta ao tratar da composição dos campos antropológico e

sociológico no Brasil a partir de 1950, a antropologia entre nós “... se insere em um quadro geral em que conhecimento e comprometimento político estão unidos em uma configuração única, situação distinta da que se pode encontrar, por exemplo, nas ‘humanidades’...” (Peirano, p. 57, 2006). O contato com a alteridade traz, assim, a dimensão da implicação deste comprometimento.

A antropologia da ação como podemos denominar as experiências profissionais de antropólogos no campo jurídico, nas organizações não-governamentais, entre outros campos de intervenção, e as recentes participações em trabalhos de extensão universitária (ver Fonseca, 2006) traz ainda outra brecha para trocas de experiências profissionais entre antropólogos e assistentes sociais, não estritamente acadêmicas. Para esta prática profissional o antropólogo remete-se à sua tradição. Nos laudos periciais a viagem, o deslocamento cultural, o encontro com o “outro” fazem parte do trabalho assim como nos processos de pesquisa nas diferentes áreas, da etnologia às antropologias urbanas, dos mais distantes aos mais familiares. (foi importante, neste sentido, a apresentação na aula de Elielma Ayres Machado da estrutura de monografias clássicas como a de Malinowski e Ruth Landes). A perícia é uma diagnose da situação onde prevalece o modelo nativo. Portanto, também aí, o que se pretende é a compreensão do ponto de vista nativo para a aplicação dos direitos constitucionais. Além disso, o comprometimento do antropólogo com o grupo estudado e o estranhamento em relação ao próprio processo jurídico e político são igualmente incorporados nesta atividade profissional.

Desmancha-se um dos estereótipos através dos quais somos caracterizados por parte dos assistentes sociais: pesquisadores sem participação política, sem interpretação histórica, sem comprometimento com a população estudada. Três características usadas no discurso dos assistentes sociais para se auto-identificarem.

Os pontos de contato e de interlocução não eliminam as fronteiras de cada tradição profissional. Ao contrário, é a partir de cada identidade profissional e intelectual que construímos o projeto de um diálogo. Acreditamos que a interlocução entre os dois campos tem efeitos

positivos para os dois lados. Permite realizar uma forma de conhecimento híbrido por parte do serviço social como podemos ver em nossas próprias experiências bem sucedidas de orientação de graduação e de pós-graduação. A aproximação com o serviço social, por outro lado, faz com que nós, antropólogos, nos debrucemos com maior atenção sobre temas comuns ao serviço social e à antropologia, como vimos neste texto ao trabalhar os enfoques teóricos de classe social. As questões relativas a gênero, raça, violência, política e intervenção social somam-se à de classe social neste projeto de refinamento teórico e metodológico. Esta interlocução tem, também, permitido abrir espaços de pesquisa que são trazidos pela experiência do serviço social. Este diálogo é um exercício de troca semelhante aquele estabelecido com outras esferas da vida em uma sociedade complexa quando especialistas de diferentes áreas de conhecimento, a população estudada, representantes do poder público e da sociedade civil se confrontam, apresentando questões, respondendo a outras. Saber dar o tom certo à conversa é um aprendizado.

Bibliografia:

- Da Matta. (1973). O ofício do etnólogo ou como ter ‘anthropological blues’. *Comunicações do PPGAS 1*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- Dauster, Tânia. (2003). Um saber de fronteira – entre a antropologia e a educação. 26ª. Reunião Anual da ANPED. Poços de Caldas
- Dauster, Tânia. (2004). “‘Entre a antropologia e a educação’- a produção de um diálogo imprescindível e de um conhecimento híbrido”. In: *Ilha. Revista de Antropologia*. Florianópolis, vol. 6, no. 1 e 2, junho.
- Fonseca, Claudia. (1999). “ Quando cada caso não é um caso. Pesquisa etnográfica e educação”. In: *Revista Brasileira de Educação*. Jan./fev./Abr., no.10.

Fonseca, Claudia. (2006). “O exercício da antropologia: enfrentando os desafios da atualidade”. In: Grossi, Miriam Pillar; Tasarini, Antonella, Rial, Carmen (orgs.). *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Florianópolis: Nova Letra.

Geertz, Clifford.(1999).“Os usos da diversidade”. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 5, no. 10, maio.

Lins de Barros, Myriam M. (2004). “Até onde vai o olhar antropológico?” In: *Ilha. Revista de Antropologia*. Florianópolis, vol. 6, no. 1 e 2, junho.

Peirano, Mariza (2006) *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Pierucci, Antônio Flávio (1998). *Ciladas da diferença*. São Paulo: 34.

Velho, Gilberto (1981). *Individualismo e cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro. Zahar editores.

CURSO DE EXTENSÃO: Antropologia e Serviço Social

Coordenação: Myriam Moraes Lins de Barros & Andréa Moraes Alves

Escola de Serviço Social – CFCH/UFRJ

Programação

Aula 01-15/08	História do Serviço Social e suas conexões com a antropologia Marilena Jamur e Myriam Lins de Barros
Aula 02 -22/08	A trajetória da antropologia no Brasil Maria Laura Cavalcanti
Aula 03-29/08	O olhar antropológico I: o campo e a escrita Elielma Ayres Machado

Aula 04-05/09	O olhar antropológico II: alteridade, relativismo e etnocentrismo Ilana Strozenberg
Aula 05-12/09	O olhar antropológico III: os limites da intervenção Eliane Cantarino
Aula 06-19/09	Pensando as desigualdades sociais no Brasil: um diálogo entre a antropologia e o serviço social Ana Maria Quiroga
Aula 07-26/09	A Contribuição da antropologia para o estudo das classes sociais no Brasil Luiz Fernando Dias Duarte
Aula 08-03/10	As políticas de ação afirmativa: uma reflexão sobre a construção contemporânea de identidades. Patrícia Farias
Aula 09-10/10	Políticas para mulheres I: o campo das discussões de gênero na antropologia e no serviço social Lília Pougy e Eliana Amorim
Aula 10-17/10	Políticas para mulheres II: o campo das discussões de gênero na antropologia e no serviço social Andréa Moraes
Aula 11-24/10	Famílias e pobreza no Brasil: pensando práticas de discriminação e assistência Adriana Vianna
Aula 12-31/10	Metrópole e violência: a segurança pública no Rio de Janeiro – limites e possibilidades de intervenção Miriam Guindani e Paula Poncioni
Aula 13-14/11	Cultura e política nas sociedades contemporâneas: desafios para o pensamento antropológico e para o serviço social hoje Leilah Landim
Aula 14-21/11	Famílias e gerações: ciclos de vida, trajetórias individuais e políticas sociais Myriam Lins de Barros
Aula 15-28/11	Encerramento – balanço do curso Andréa Moraes e Myriam Lins de Barros

